



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CAMPUS IV**

ESCOLA PÚBLICA E COMUNIDADE: Uma interação necessária

**Prof. Orientador César Costa Vitorino
Mestre em Educação**

**ADEMILSON DA CRUZ PACHECO
MARCELO NUNES ARAÚJO
MILTON ALMEIDA DE OLIVEIRA FILHO**

VÁRZEA DA ROÇA

2001

i

ADEMILSON DA CRUZ PACHECO
MARCELO NUNES ARAUJO
MILTON ALMEIDA DE OLIVEIRA FILHO

(111)

ESCOLA PÚBLICA E COMUNIDADE: Uma interação necessária

Prof. Orientador César Costa Vitorino
Mestre em Educação

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Humanas, Campus IV da Universidade do Estado da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura Plena em Pedagogia.



CONSULTA

VÁRZEA DA ROÇA

2001

UNEB - DEP. IV - JAC

Dedicamos a todos os profissionais de educação que tentam construir com esforço e dedicação uma escola de qualidade para a classe popular.

Para Aleksander, meu filho.

Ademilson C. Pacheco

Para Gustavo meu filho.

Marcelo Nunes Araújo

Para minha filha Yasmin, que nascerá em breve.

Milton Almeida Oliveira Filho

As transformações das organizações e das pessoas ocorrem a partir da interação sinérgica entre elas.

Heloísa Lück

Agradecimentos

O trabalho do pesquisador, exige dedicação , tempo e disposição para mudar seu cotidiano. Isso só é possível com entusiasmo, paixão, e colaboração das pessoas com quem convivemos. Agradecemos em especial a Anailta, Jane Cleide e a Quitéria, pela grande contribuição no sentido de tornar possível a nossa dedicação a este trabalho.

A Jesus Cristo, pela força e perseverança que nos conduziu sempre em frente .

A Zeneide e a Salomão, pela ajuda no acesso ao acervo bibliográfico necessários à pesquisa.

A Orlando Pacheco, pela digitação, se envolvendo no projeto com muita boa vontade.

Aos alunos, pelas respostas sinceras quando entrevistados a respeito de sua vida escolar.

Aos professores e colegas dessa graduação, pelas discussões proporcionadas que nos entusiasmou cada vez mais pelo tema.

A Cecília Aquino, pelo apoio.

Dedicamos o nosso agradecimento especial as pessoas que se dispuseram a nos falar da vida escolar de seus filhos.

SUMÁRIO

RESUMO _____	vi
INTRODUÇÃO _____	7
CAPÍTULO I - ESCOLA PÚBLICA: Que espaço é esse? _____	10
CAPÍTULO II - ESCOLA PÚBLICA A SERVIÇO DA CLASSE POPULAR _____	18
CAPÍTULO III - SERIAÇÃO E CICLOS: Possibilidades e Desafios _____	27
CAPÍTULO IV - CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO NA ESCOLA _____	34
CAPÍTULO V - ESCOLA E COMUNIDADE: Investindo na parceria _____	43
CAPÍTULO VI - METODOLOGIA E ANÁLISE DOS DADOS _____	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS _____	65
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E OBRAS CONSULTADAS _____	68
ANEXOS _____	71

RESUMO

Este estudo se propõe a discutir quais são as causas que leva a comunidade a se distanciar da escola pública, do Povoado de Várzea do Meio, Município de Várzea da Roça, interior da Bahia. Discute, à luz de muitos autores renomados, a concepção de escola pública, no contexto histórico brasileiro, e a qualidade do ensino oferecido por esta escola à classe popular. Avalia a concepção de avaliação na escola, a implantação de novos métodos e sua função no processo educativo. Discute a implantação do processo de promoção automática nas escolas públicas, com a meta governamental de reduzir os altos índices de repetência e evasão presentes nestas escolas. A escola aparece na visão simplória dos pais, como instituição que visa ensinar ler e escrever, sendo por conta dessa função, importante na vida dos seus filhos. Analisa a participação dos pais na vida escolar de seus filhos, dentro e fora dessa instituição educativa, apontando as causas que os levam a se distanciar da escola. As fontes utilizadas se constituem centralmente de entrevistas com pais e alunos da Escola José Carneiro de Oliveira, no ano de 2001.

INTRODUÇÃO

Este estudo propõe discutir a necessidade da integração da escola pública com a comunidade através de parcerias, verificando as possíveis causas que leva a comunidade a se distanciar da escola. Pois, como diz PILETTI (1997:72) “*A escola não é uma ilha. Ela está inserida numa determinada realidade social*”...

A partir da reflexão sobre o que aponta PILETTI, fizemos uma pesquisa na escola em que trabalhamos. Para que pudéssemos fazer essa análise de forma consistente e profunda da relação entre escola pública e comunidade, fez-se necessário que buscássemos refletir o conceito de alguns autores acerca da escola pública destinada a classe popular e a relação entre ambas estabelecida.

A escola pesquisada é a segunda maior em número de alunos da rede municipal de ensino de Várzea da Roça, com quatrocentos e oito educandos, que estão divididos em turmas que vai desde as séries iniciais até a 8ª série do ensino fundamental.

Por realizarmos este estudo numa escola do Município de Várzea da Roça, achamos relevante citarmos alguns aspectos deste município, no qual o Povoado de Várzea do Meio está inserido. Várzea da Roça é um município pequeno do interior baiano, localizado a 292 km de Salvador, capital da Bahia. Várzea da Roça foi fundada como povoado do Município de Mairi, na década de quarenta, emancipando-se em 25 de fevereiro de 1985.

O clima predominante do Município de Várzea da Roça é o semi-árido, tendo como principal fonte de subsistência a agricultura e a pecuária.

Segundo, o censo demográfico de 2000, realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o município possui uma população de 13.627 habitantes, sendo que desse total, aproximadamente 1.200 habitantes residem no povoado de Várzea do Meio e cercanias.

Optamos pelo tema Escola Pública e Comunidade, por verificarmos em nossa prática pedagógica, enquanto professores da Escola José Carneiro de Oliveira, a ausência da Comunidade no âmbito escolar, e por acharmos que essa inteiração seja essencial, para o desenvolvimento de ambas as partes.

Este trabalho está dividido em seis capítulos, nos quais discutimos o porque desse distanciamento que existe da comunidade em relação à escola.

No primeiro capítulo apresentamos a trajetória da escola pública a partir da década de sessenta.

No segundo capítulo tratamos da qualidade do ensino público oferecido para a classe popular e a atuação do professor diante dos vários obstáculos em que passa a educação pública brasileira.

No terceiro capítulo discutimos a promoção automática do aluno, desencadeada a partir da década de oitenta.

No quarto capítulo apresentamos os métodos utilizados na prática educativa.

No quinto capítulo discutimos o porquê do afastamento entre escola e comunidade e as parcerias que podem ser colocadas em prática para melhorar a relação escola e comunidade

Completaremos estes estudos apresentando os resultados de uma pesquisa realizada na escola José Carneiro de Oliveira, onde dados foram coletados e analisados cuidadosamente, para tentarmos compreender a versão da comunidade em relação à escola e conseqüentemente perceber os problemas que afastam os pais, da escola.

CAPÍTULO I

ESCOLA PÚBLICA: Que espaço é esse?

Para entendermos melhor a escola pública atual, é preciso uma passagem pela história educacional brasileira. Para isso voltaremos um pouco ao passado, mais precisamente à década de 60, pois só a partir daí, segundo OLIVEIRA (1997), é possível falar em planejamento profissional propriamente dito, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional N° 4.024 de 1961. Além disso, os anos 60, foram marcados por vários acontecimentos que com certeza modificaram a história da educação brasileira, principalmente os fatos políticos como por exemplo o Golpe Militar de 1964.

No início dos anos 60, o Brasil havia alcançado um ponto em seu processo de industrialização que impunha uma política mais ampla e decidida. Se o objetivo era preparar o sistema econômico para alcançar níveis mais altos de desenvolvimento, fazia-se necessário reforçar sua capacidade de autotransformação e também definir melhor as metas a atingir. Entretanto, as modificações institucionais introduzidas a partir de 1964, revelaram a intenção do novo governo militar de orientar o desenvolvimento seguindo as forças do mercado, asseguradas pela implantação de sucessivas Leis específicas que beneficiariam, sobretudo, as empresas transnacionais e os intermediários financeiros.

Após a implantação do governo militar (1964), a escola pública se colocou submissa ao novo sistema político brasileiro, ficando reconhecida como um aparelho reprodutor da ideologia do Estado.

Nem mesmo com as mudanças de governo que ocorreram no Regime Militar mudou o posicionamento da escola pública. Para SAVIANI (1983:39)

“... a escola constitui o instrumento mais acabado de reprodução de tipo capitalista. Para isso ela toma a si todas as crianças de todas as classes sociais e lhes incuba durante anos a fio de audiência obrigatória saberes práticos envolvidos na ideologia dominante”.

Dar-se a entender diante desta citação que o objetivo da escola, em especial a pública, é de moldar as crianças para uma sociedade capitalista e que a escola é o principal caminho para a concretização dos interesses da elite dominante.

No período militar, o Brasil buscava se desenvolver industrialmente, e sendo assim surge a necessidade de mão-de-obra especializada. O que fez a escola neste momento de mudança de posicionamento da sociedade? A escola mudou sua política educacional, passando do modelo agrícola para um industrial. Dessa maneira a escola passa a ser uma peça fundamental para o novo modelo de desenvolvimento baseado no capitalismo.

Este modelo aparece de maneira tão forte para dentro da escola, que não se limita a simplesmente formar o trabalhador que requer a indústria e passa a adotar para si o paradigma organizacional da indústria, com tarefas específicas, criando uma supervisão e orientação para o ensino.

O início da década de 80 foi de grandes esperanças para a redemocratização da vida política do país e a invenção de uma escola democrática. Porém, os sonhos não se concretizaram e mesmo após a saída dos militares do cenário político nacional, os presidentes civis que os sucederam continuaram a estreitar as alianças com os países mais ricos do Hemisfério Norte, por meio do FMI e do Banco Mundial.

Com a internacionalização da economia, a globalização, o avanço tecnológico e o desenvolvimento dos meios de comunicação, fizeram surgir um novo país “democrático”, sendo colocado às formas de controle do Estado na educação a serem questionados.

Em meio a tantos questionamentos em relação à educação, no início dos anos 90, vemos surgir novas concepções de Estado, pois foram implantadas no Brasil políticas neoliberais, doutrina essa, que favorece uma redução do papel do Estado na esfera econômica.

O neoliberalismo não teve muita dificuldade para entrar no país, pois também naquele momento o Brasil passava por sérios problemas econômicos e o neoliberalismo surge como “solução”, com propostas econômicas que tenderia a resolver os problemas financeiros que o Brasil enfrentava junto às novas políticas implantadas no país. A escola enfrentava outra vez uma mudança de modelo educacional, a vista disso, o trabalho manual e a especialização já não são mais aceitados como única ferramenta do trabalho. O novo trabalhador precisava, além de ter conhecimentos específicos de sua área, ter amplos conhecimentos

das demais, principalmente em informática, que entra em ascensão no Brasil na década de 90.

Na verdade, neste momento a escola não está formando um novo trabalhador, mas formando novos tipos de consumidores. Desta vez intelectual ou pelo menos que saiba ler e escrever, que se interesse em comprar os novos aparelhos tecnológicos (como computadores, celulares...), que o mercado brasileiro oferece, porém a tecnologia é de fora.

Diante disso, o governo para retribuir o investimento estrangeiro na educação brasileira faz campanha para colocar toda criança na escola, criando um sistema de avaliação que facilita a aprovação do aluno para diminuir a repetência. O governo é obrigado a fazer isso para alcançar os números exigidos pelos investidores e também para garantir novos recursos na área de educação. O resultado de tudo isso, é a má qualidade do ensino brasileiro.

Portanto, a educação continua a ser utilizada como instrumento a serviço dos interesses e aspirações das classes dominantes.

Encontramos nas palavras do grande mestre Paulo Freire (1979:36) uma importante reflexão.

"... nesta sociedade em transição se está numa posição progressista ou racionaria, não se pode estar com os braços cruzados. É preciso procurar uma nova escola de valores. O velho e o novo têm valor na medida em que são válidos, ou se dirige a sociedade para ontem ou para amanhã que se anuncia hoje. As atitudes reacionárias são as que não satisfazem o processo e os valores requeridos pela sociedade de hoje".

Outra importante contribuição vem do baiano LUCKESI (1994:96), quando diz: *“na sociedade moderna, a escola substitui a igreja no esquema de reprodução através da veiculação de valores”*.

Como vemos nas citações de FREIRE e LUCKESI, os valores estão sendo subestimados, pois a razão não importa para a elite, e a escola é essencial nesse processo de vinculação das relações materiais.

Já no pensamento marxista

“só com a ditadura mundial comunista que revolucionará todas as relações materiais, o processo educativo se libertará da sua parcialidade e das mentiras de classe (...). só quando forem eliminadas as condições objetivas econômicas (...) desaparecerá o processo educativo atual e surgirá uma nova imagem ideal do homem (...). É nesse momento que a humanidade terá finalmente saído da sua pré-história” (PILLETE, apud GILES, 1997: 75).

Como perspectiva para a educação do século XXI, a UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação e Cultura), órgão da ONU (Organização das Nações Unidas), em um relatório feito pela sua comissão internacional sobre Educação, refere-se às idéias de que é possível uma educação para todos, de forma democrática, o que contribuiria para a formação do cidadão e para a harmonia social. Porém, isso é totalmente ao contrário ao que se observa a partir da análise histórica do desenvolvimento do modo de reprodução capitalista, que são evidentemente marcadas pela exclusão e desigualdade social.

MIRANDA (1997:43), diante disso se coloca dizendo que:

“A produção e difusão do conhecimento são afirmados como determinantes do desenvolvimento econômico e social no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo, que se caracteriza como uma sociedade do conhecimento sem classes; Entretanto, quando se fala de conhecimento, está se falando da incorporação do capital morto e da diminuição de capital vivo no processo produtivo, o que significa afirmar que, para além da centralidade das formas de exploração capitalista. (...) Essa novidade é incapaz de modificar a essência excedente da ordem social capitalista”.

Observando ainda o relatório feito pela UNESCO, percebe-se que ele é apresentado numa perspectiva totalmente neoliberal, usando um discurso que apresenta uma educação que atenderia às demandas da sociedade como um todo, mas na realidade, atende basicamente às novas necessidades de qualificação de mão-de-obra, frente a atual crise do mercado.

Não se pode negar que aparecem neste relatório o progresso técnico, os novos progressos educativos, o avanço do conhecimento e a qualificação. Porém, esses benefícios são determinantes para o desenvolvimento do capitalismo.

A UNESCO, que se diz preocupada com a educação deveria realmente ter como objetivo uma proposta pedagógica que procurasse mudar esse espaço escolar para melhor, transmitindo cultura e transformando as estruturas sociais, adequando seu trabalho às necessidades da criança, da família e da comunidade, mas pelo que dá para compreender é totalmente o inverso, pois sua proposta está voltada para satisfazer a necessidade da classe dominante.

Segundo alguns autores consagrados como FRIGOTO, GENTILI, SILVA e MIRANDA, entre outros, acham que a UNESCO, juntamente com o Banco Mundial, BID e OIT, têm se encarregado de veicular esse ajuste neoliberal no campo educativo.

Com isto, o que acaba acontecendo na escola é o mesmo que acontece em todas as instituições públicas. O capitalismo forma nas massas populares a idéia de que tudo pertence ao Estado, como se fosse uma coisa privada. Talvez seja esse o motivo da escola pública ser vista pela comunidade como um órgão governamental, como um aparelho ideológico do Estado e não como um órgão da sociedade que visa permitir oportunidades iguais a todos.

O que acaba sendo problemático não é o caso da classe dominante pregar a ideologia da propriedade privada. O que é vergonhoso é que a escola acoberte, debaixo de uma "universalidade" do saber, essa ideologia e que através dela, penetre nas massas que bem ou mal freqüentam a escola.

Diante deste problema, cabe ao professor tomar uma atitude contrária a essa posição. O professor deve-se colocar à frente dessa situação, sendo crítico ao aparelho ideológico do Estado. Pouco importa se isso é o específico ou não da escola pública sonhada pelos idealizadores da educação: este é um reclame daqueles que acreditam que a escola ainda seja um espaço de luta possível.

É preciso uma nova identidade para a escola, ela não pode viver nessa precariedade que está. A escola deve ter uma identidade bem definida, um

núcleo bastante forte para caracterizá-la, só assim ela poderá julgar melhor os projetos e tendências pedagógicas, o que com certeza, lhe daria condições para avançar sem comprometer sua qualidade, estando a salvo até mesmo de planos de governo em períodos eleitorais, o que é muito corriqueiro em nosso município.

Numa tentativa de falar da escola pública, percebemos que as pessoas que estão a serviço da ideologia burguesa utilizam a reprodução da sua ideologia e valores. No momento há uma esperança desse quadro mudar, hoje se fala muito em construção e efetivação do Projeto Político Pedagógico da escola. Esta é a bola da vez, vamos ver no que vai dar, o que não pode é o espaço escolar continuar como estar.

CAPÍTULO II

ESCOLA PÚBLICA A SERVIÇO DA CLASSE POPULAR

O ensino escolar surgiu para atender as necessidades de ensino intelectual dos filhos da burguesia. A princípio, o ensino escolar era privilégio dessa elite que dispunha de recursos econômicos para mantê-los nesses centros. A classe popular só pôde acessar esse espaço de aprendizagem, após muita luta e manifestações onde reivindicavam esse direito.

A classe popular ingressou no contexto escolar público, mas o desrespeito a esta classe permaneceu refletindo-se sob a forma de educação de má qualidade a ela oferecida.

Como vimos no capítulo anterior, a escola pública da classe popular se estruturou defendendo os interesses das classes dominantes, servindo por décadas como geradora de mão-de-obra para atender as demandas dessa classe.

ARROYO (1991:19) coloca que:

"Para as camadas populares, que pensavam ter invadido essa escola, criou-se logo um projeto paralelo e complementar, onde, os conteúdos, os métodos e a organização escolar foram concebidas mais para formar cidadãos trabalhadores semi-analfabetos submissos e desqualificados do que ativos e participantes na vida social e na organização do trabalho..."

Esse modelo de educação desenvolvida para formar cidadãos – trabalhadores deixou a desejar até mesmo nessa função de subsidiá-los com conhecimentos necessários ao seu ingresso no mercado de trabalho, tornando-os incapazes de servir eficientemente ao capital.

O desemprego, hoje, por conta da globalização afeta principalmente as classes populares, devido ao despreparo profissional imposto por uma escola capenga destinada a formação dessa classe.

Outro reflexo dessa má qualidade da educação popular, reflete-se no valor limitado desses sujeitos, representado através dos baixos salários, daqueles que conseguem ingressar no mercado de trabalho.

Essa desqualificação profissional, torna o indivíduo alienado no próprio ambiente de trabalho, por conta da sua incapacidade de agir ativamente em sociedade, reflexo da educação a qual teve acesso e conseguiu permanecer por pouco tempo.

A alienação das idéias da classe popular, foi imediatamente implantada. Começou a ser introduzida nessa classe a auto-imagem de inferiores intelectualmente, conduzindo-os a submissão. Logo, criou-se a imagem de que para o povo mais simples e carente qualquer escola serve e que estão acostumados com a submissão e a serem dirigidos e governados.

A negação de uma boa escolarização às classes populares, foi implantada e se perpetuou por interessar a burguesia. Assim, poderia submetê-la ao máximo de exploração . Ao Estado, também é propício, pois seus súditos permanecem ignorantes, desconhecedores de seus direitos.

Assim, abordar a discussão acerca de uma escola pública a serviço da classe popular, nos conduz de encontro à ideologia dominante e jogo de interesses políticos. Portanto, para abrir verdadeiramente a escola pública para a classe popular, será necessária da comunidade muita luta de classe, pois conforme coloca ARROYO (1991:13) : *“Nunca a burguesia, por mais moderna que fosse, investiu de fato na educação escolar de seus trabalhadores, a não ser quando pressionada”*.

A falta de vontade política em proporcionar a classe popular uma boa educação pública, que tenha o mesmo nível que aquela oferecida à classe média e rica desse país, apresenta-se como sendo outro problema. Assim, convém ressaltar que o conceito abrangente de educação, expresso no artigo 1º da Lei nº 9.394, de 1996, que trata das diretrizes e bases da educação nacional:

“A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”.

Só foi possível, mediante o movimento social, representado pelo conjunto de entidades do Fórum nacional de Defesa da Escola Pública. Mais uma vez, o direito foi conquistado através da pressão.

Fica claro, o desinteresse em promover a formação geral de qualidade para todos. E, basta lembrarmos que por várias vezes se falou em melhorar a educação pública neste país, foram feitas maravilhas no papel, mobilizando profissionais da área, e não saíram da teoria, caindo no esquecimento.

Com a nova LDB, os pensamentos dos educadores se dirigem para a criação da escola pública de qualidade, que atenda a classe popular. Mas essa preocupação antecede a Lei 9.394/96, conforme coloca ARROYO (1991:9), quando diz:

“Temos hoje espalhados pelo Brasil milhares de profissionais, trabalhadores do ensino elementar construindo no seu dia-a-dia a escola necessária e possível para os moradores pobres das periferias das grandes cidades e para os trabalhadores do campo”.

O mesmo autor coloca ainda como ponto a ser resolvido, a possibilidade de tornar realidade a escolarização fundamental para os filhos do povo deste país, neste país.

Contudo, faz cinco anos que a nova LDB foi implantada e a educação capenga persiste, com seus inúmeros problemas, principalmente de evasão e repetência, tão presentes no contexto destas escolas.

A evasão escolar, já mencionada é freqüente nas escolas populares, e às vezes, o termo evasão, oculta um problema mais grave, como a exclusão escolar involuntária dos alunos que deveriam freqüentá-la. Os motivos condicionantes dessa exclusão são inúmeros, porém todos ligados às condições de classe.

Desse modo, desprovido de boa vontade para buscar meios concretos de amenizar o problema, o Estado atribui a evasão, como sendo um fracasso do aluno que entra e sai da escola. Jamais, são levados em conta os motivos sociais, como desemprego, doenças e outros que levam o aluno a se excluir do ambiente escolar.

Essa exclusão escolar involuntária não resolvida, além de avolumar os dados de evasão escolar no histórico dessas escolas, causa um agravante ainda maior, a exclusão desses indivíduos aos direitos básicos, como saúde, habitação, alimentação e outros na sociedade.

A repetência, que condena o aluno a mais um ano submetido aos mesmos conhecimentos, têm fontes semelhantes à evasão, contudo, a repetência está mais atrelada a qualidade do processo de ensino dessas escolas.

Os problemas sociais dos bairros periféricos e das zonas rurais se apresentam como agravantes dos problemas que afetam diretamente a qualidade da educação desenvolvida nessas escolas, pois, as escolas destinadas à classe popular são construídas, obviamente nos bairros populares onde os problemas sociais se afloram, e diante de tantos obstáculos, o professor se sente impotente e acaba se desviando por ser mais fácil e cômodo.

A este, FREIRE (1996:36), faz uma crítica quando coloca: *“Uma crítica permanente aos desvios fáceis com que somos tentados, às vezes ou quase*

sempre, a deixar, as dificuldades que os caminhos verdadeiros podem nos colocar”.

Diante de tantos problemas, o Estado caolho atira para todos os lados, criando diversos métodos para manter os alunos na escola, por alguns anos.

O processo de aceleração é um desses métodos que mantém o aluno na escola, porém, com conhecimentos limitados e uma educação ruim, ficando clara, a meta de diminuir os índices de evasão e repetência no papel, e atingir as metas impostas por organismos econômicos internacionais, principalmente o Banco Mundial e o FMI.

A implantação dos ciclos de aprendizagem, também é bastante questionada na sua função pedagógica de desenvolvimento do educando, e na obtenção de uma educação de qualidade, o que discutiremos mais profundamente no próximo capítulo.

O fracasso dessa escola pública destinada a classe popular, continua. Para melhorá-la, demanda um novo perfil de educação democrática que atenda o sujeito na sua plenitude da vida cultural.

“Do ponto de vista prático, trata-se de retomar vigorosamente a luta contra a seletividade, a discriminação e o rebaixamento do ensino das camadas populares lutar contra a marginalidade, através da escola, significa engajar-se no espaço para garantir aos trabalhadores um ensino da melhor qualidade e possível nas condições históricas atuais ... “(SAVIANI, 1983: 36)

A escola a serviço da classe popular não pode encontrar-se num contexto de barganhas políticas que afeta diretamente o seu desenvolvimento, onde o diretor amigo é preferido, professor eficiente é transferido ou demitido e dinheiro de programas de educação mal aplicados.

A escola precisa ser transparente e aberta à comunidade. Para isso, precisa a participação de pais, alunos e todos os elementos do contexto escolar nas decisões que envolvem sua prática funcional.

Os professores devem iniciar essa inovação, pois a construção de uma escola que atenda o povo, passa também pelo comprometimento do profissional em realizar um trabalho voltado aos interesses dessa classe que o ouve e acredita.

Pois, conforme coloca FREIRE (1996:85)

... "O mundo não é. O mundo está sendo. Como subjetividade curiosa, inteligente, interferidora, na subjetividade com que dialeticamente me relaciono, meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências ..."

O profissional, deve integrar-se com a comunidade, e vê a classe popular e o seu ser humano enquanto ser social, capaz de atuar na sociedade e merecedor de uma educação de qualidade.

A integração da escola com a comunidade, tornarão seu profissional menos vulnerável aos interesses dominantes que vem de cima, alheios a escola, mas

que interferem diretamente no processo de ensino.

Contudo:

“Somente professores que se transformem em sujeitos cultos, isto é, sujeitos pensantes e críticos, serão capazes de compreender e analisar criticamente a sociedade em que vivem, a política, as diferenças sociais, a diversidade cultural, os interesses de grupos e classes sociais”. (LIBÂNEO, 2000: 62)

O professor não deve querer agir sozinho, apressadamente, ele precisa da administração que deve apresentar-se nesse processo como apoio e não como obstáculo.

O estabelecimento de novos padrões de gestão, com a descentralização, a autonomia da escola, e a participação da comunidade, pode representar o caminho a ser seguido na construção de uma educação pública de boa qualidade, voltada para a classe popular.

Todavia, a autonomia só será importante se for, conforme coloca CASTORIADIS (1995), parte da análise do indivíduo para chegar a autonomia coletiva, adotando o entendimento de que “sujeito autônomo” é aquele que sabe ter boas razões para concluir: isso é bem verdadeiro, e isso é bem o meu desejo. Nesta perspectiva, a autonomia pressupõe a formação de sujeitos autônomos, capazes de tomar decisões próprias, mas de reconhecer no discurso do outro e entender que o seu discurso, a sua verdade, é parte de outras verdades e que essa realidade é o seu limite.

Ou, conforme coloca PARENTE (Apud PERENOUD, 1991), partir de um entendimento da importância da participação local, referindo-se à necessidade

da escola compreender a importância da diversidade no sistema, e que a mesma, só poderá ser alcançada pela participação e valorização das experiências locais. No entanto, os sistemas escolares locais não podem perder de vista o espírito nacional, a unidade dentro da diversidade, buscando nessa relação uma situação intermediária que garanta a participação de todos os níveis do sistema, na formulação, execução, condução e avaliação do projeto educacional.

Sendo assim, como coloca LIBÂNEO (2000: 48):

“É desse espaço que pode resultar a participação do conjunto de membros da escola, a responsabilização pelas ações de ensino e aprendizagem e um bom projeto pedagógico, também resulta... um vínculo mais estreito com a comunidade...”.

Com a participação do professor nas decisões do contexto escolar, a comunidade através desse representante, terá a oportunidade valiosa de sugerir caminhos que levem a uma educação pública de boa qualidade para a classe popular.

Neste contexto, pais, professores, comunidade e membros da escola poderão decidir o destino dessa instituição. Participando e esquecendo a neutralidade, pois, como sugere FREIRE (1996:86), *“... Ninguém pode estar no mundo, com o mundo e com os outros de forma neutra ...”*

CAPÍTULO III

SERIAÇÃO E CICLOS: POSSIBILIDADES E DESAFIOS

O sistema de seriação escolar existente no país, vem registrando resultados educacionais de baixa qualidade. A reprovação, continua bastante elevada. A repetência provoca a distorção idade/série, e o abandono é uma das expressões da desmotivação e da baixa estima do aluno, decorrente da pouca eficiência ou qualidade do ensino.

Por conta destes problemas, desde a década de 80, existe uma duplicidade na estrutura educacional, implantada nas escolas estaduais e municipais de ensino fundamental: a seriação e os ciclos. Este último, teve origem como ciclo básico de alfabetização (CBA), centrado na promoção automática do aluno, que propõe a eliminação da reprovação no final da primeira série, ampliando o processo de alfabetização.

Esta proposta é sugerida pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (Volume 1:59), que se referem aos ciclos, quando diz:

."Esse processo de reorganização que tinha como objetivo político minimizar o problema da repetência e da evasão escolar, adotou como princípio norteador à flexibilização da seriação, o que abriria a possibilidade de o currículo ser trabalhado ao longo de um período de tempo maior e permitiria respeitar os diferentes ritmos de aprendizagem que os alunos apresentam".

Apesar de sugeridos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, os ciclos, ainda são pouco conhecidos, principalmente pelos professores das redes municipais de ensino, por conta de serem mais aplicados nas escolas estaduais por todo o país, inclusive no Estado da Bahia.

Os ciclos surgiram da necessidade do Ministério de educação em reduzir o problema da repetência e da evasão escolar, presentes nessas escolas e constatados através de dados estatísticos divulgados, por diversos órgãos de pesquisa.

A repetência conduz o Estado a dificuldades na oferta de uma educação de qualidade, no acesso e permanência da população nas escolas públicas. Isso se dá, por conta do encarecimento do ensino público obrigatório, pois o aluno repetente demanda mais investimentos para sua permanência na escola, e causa a limitação do número de vagas para os candidatos que almejam ingressar no contexto escolar pois, com a repetência, o aluno permanece na mesma série, ocupando a vaga que seria de um novo aluno.

MARINARDES (apud ALMEIDA JÚNIOR, 1957:8), coloca esta questão quando diz que: *"... a reprovação acarreta problemas como a evasão escolar, desperdício de recursos financeiros nas séries iniciais do curso primário que envelhecem e ocupam o lugar destinado as novas gerações"*.

O sistema de seriação tem como particularidade, a ruptura na passagem do aluno de uma série para a outra, o que representa um vácuo no seguimento do

aprendizado do aluno. Essa ruptura é tida como obstáculo que impossibilita o profissional de educação de planejar ações pedagógicas de sequenciamento e auxiliares que visem atender os alunos em suas particularidades. Os ciclos, excluiriam esses obstáculos conforme coloca os Parâmetros Curriculares Nacionais (Volume 1:61), quando diz: *“A lógica da opção por ciclos consiste em evitar que o processo de aprendizagem tenha obstáculos inúteis, desnecessários e nocivos”*.

A ruptura na passagem de uma série para a outra, é apontada como sendo um desses obstáculos inúteis, desnecessários e nocivos ao desenvolvimento da boa educação.

Desse modo, as demandas por melhores resultados educativos, cada vez mais compatíveis com o exercício de uma cidadania plena, constitui questão crucial para os sistemas educativos e questão central para as escolas.

Assim, conforme coloca LIBÂNEO (2000:51): *“A preocupação com a qualidade do ensino faz ressurgirem os temas do acesso e permanência, já bastante reiteradas desde o início dos anos 1960 ...”*.

Os ciclos, portanto, ganha relevância e caráter substantivo, como instrumento capaz de propiciar variados meios e estratégias para o alcance da qualidade da educação e melhor desempenho de aprendizagem dos alunos.

Neste contexto, a proposta de promoção automática do aluno, ressurgiu e começou se expandir pelo Brasil a partir da década de 80, Assim, como coloca MARINARDES (1998:17), quando diz:

“Surgiram, em diversos estados e municípios, propostas de aceleração de aprendizagem, organização escolar por ciclos, projetos de adequação/correção, idade-série, classes aceleradas etc, todas voltadas à diminuição e/ou eliminação do histórico fenômeno da reprovação que há tanto tempo assombra os educadores e pesquisadores brasileiros”.

Os ciclos e a promoção automática, surgiram teoricamente com o ponto positivo que consiste na possibilidade de propulsionar mudanças qualitativas na educação, uma vez que questiona e exige transformação de tempo e espaço, programas e atividades, relações com o poder e com o saber.

Dentro desse contexto, o desenvolvimento do ciclo, enfrenta como um dos principais desafios, a profissionalização do professor, fundamental para a qualidade do processo educativo.

LIBÂNEO (2000:50), coloca a importância dessa profissionalização afirmando que:

“Praticamente todas as reformas colocam peso substancial na profissionalização dos professores, implicando a melhoria na formação inicial, a definição de saberes profissionais, um maior relacionamento entre saber teórico e saber prático, formação continuada, além de remuneração e condições de trabalho ...”

Portanto, investimento na formação continuada do professor será determinante do sucesso dos ciclos, e o despreparo do profissional de educação o inabilita para entender como se dá o processo, bem como, os métodos a serem aplicados.

MARINARDES (1998:27), chama a atenção para esse ponto quando coloca que: *“Se favorável é a tese, complexa é a sua aplicação prática ...”*.

Sendo assim, a distorção do processo na aplicação prática e avaliativa não o permitirá contribuir para resolver os problemas a que se propõe. Por conta disso, a reprovação pode não ser reduzida, mas sim, apenas adiada para a segunda fase do ciclo, quando se constatará que o aluno não se desenvolveu de acordo com as expectativas. Aí, o processo avaliativo será determinante, conforme apontamos no capítulo IV.

Surgem ainda, frente à nova proposta, críticas quanto a sua real função comprometida com a qualidade de ensino ou condições substâncias que avaliam sua permanência.

LIBÂNEO (2000), mostra-se atingido por essa preocupação quando aborda superficialmente a implantação dos ciclos, chamando a atenção para a possibilidade de se pretender alcançar apenas os objetivos governamentais, de redução de custo com a educação e desobstrução de vagas ocupadas pelos estudantes.

Por conta dessa desconfiança, o processo exigirá além de boa fé, a integração de todos os elementos da comunidade escolar, e o comprometimento do Estado através de atitudes reais, investindo principalmente, na profissionalização e capacitação do professor.

Apesar de ter surgido no início da década de 80, os ciclos só ganharam força com a indicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, para a sua implantação na rede pública de educação, o que fez com que diversas escolas, por todo o país, implantasse esse processo.

Na Região Nordeste, os ciclos mostraram-se particularmente interessante devido ao alto índice de reprovação e evasão escolar, presente nas escolas dessa região, bem como o número elevado de crianças em idade escolar sem acesso a escola. Segundo MARINARDES (1998), em 1988, havia no Brasil, 5,3% de alunos de 7 a 14 anos sem acesso a escola. Destes, 80% se encontravam na região rural do Nordeste.

Este problema aponta para a necessidade de implantação dos ciclos nos Estados e principalmente nos municípios localizados no interior dessa região.

Na Bahia, essa implantação se deu a princípio de forma gradativa nas escolas da rede estadual, presentes nesses municípios do interior. Contudo, muitos municípios persistiram em manter o sistema de seriação na rede municipal de educação.

O município de Várzea da Roça, é um dos municípios que manteve a seriação na rede municipal. Com a implantação dos ciclos, no ano de 1997, através da resolução do CEE nº 075/97, na Escola Estadual Antonio Carlos Magalhães, existente no município, temos hoje, os dois processos em ação, estabelecendo uma diferenciação na oferta de ensino, através dessas duas redes educacionais.

O município de Várzea da Roça, pode encontrar nas palavras, de FREIRE, (1996:39) justificativa para essa duplicidade, quando ele diz:

“É próprio do pensar certo a disponibilidade ao risco a aceitação do novo que não pode ser negado ou acolhido só porque é novo, assim como critério de recusa ao velho não é apenas o cronológico. O velho que preserve sua validade ou que encarna uma tradição ou marca uma presença no tempo continua novo”.

Apesar da implantação dos ciclos na escola estadual, o curto período de prática ainda não permite determinar os acertos e equívocos desse processo, no município de Várzea da Roça.

CAPÍTULO IV

CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO NA ESCOLA

A avaliação, no sentido mais amplo, mostra-se presente durante toda a nossa vida e nos mais diversos segmentos da sociedade: igrejas, associações, grupos de colegas. Todavia, nessa discussão nos direcionamos a avaliação escolar aplicada pelos professores, das mais diferenciadas formas, aos seus alunos, e que pode ser influenciada pela sociedade e desencadeadora de várias conseqüências no processo ensino-aprendizagem.

Assim, a definição de avaliação está diretamente subordinada ao processo pedagógico que cada professor desenvolve com seus alunos. Vê-se muito ainda, docentes usando o termo avaliar no sentido de determinar o valor, por conta da influência da tendência tradicional e por darem muita importância às notas, não percebendo, a relevância do que o educando aprendeu.

O contexto escolar ainda está sombreado pela persistência das dúvidas do que seja avaliar e como fazê-lo da melhor maneira. Dúvida, reforçada pela transição da tendência tradicional para a tendência construtivista, nas escolas públicas, o que provocou alterações significativas no pensar educativo, ainda muito influenciado pelo método tradicional de ensino.

Percebe-se ainda, graças ao método tradicional, na comunidade, pais que valorizam demasiadamente as notas obtidas pelos seus filhos, em boletins, mas jamais, mostram-se preocupados em saber o quanto, e como seus filhos se desenvolveram, e o reflexo dessas notas nesse desenvolvimento.

Neste contexto de incertezas e inovações do processo avaliativo, em fase de teste, pelas escolas de todo o país, há o consenso entre diversos autores, como LUCKESI (1978), PERRENOUD (1990), ANDRÉ (1996) e MELCHIOR (1999), que a avaliação tradicional baseada apenas no processo de ensino, têm o poder de agir negativamente sobre os educandos, afetando a sua auto-estima.

A avaliação, centrada em si, é geradora de malefícios, principalmente quando causa injustiças e não é utilizada como subsídio para repensar a prática pedagógica no sentido de melhorá-la. Atualmente, alguns professores, subsidiados apenas em sua prática educativa, fazem uso da avaliação aplicando apenas métodos ainda tradicionais tipo, testes, provas, trabalhos individuais ou em grupo, considerando somente estes momentos avaliativos. O culminante nesse processo de avaliação é sempre as notas, que não refletem o desenvolvimento real do aluno e não propicia subsídios para o processo ensino – aprendizagem.

Como diz MELCHIOR (1999:17) *“Atribuir uma nota é, apenas expressar os resultados e não avaliar”*.

De acordo com a referida autora, esse processo de avaliação motiva o aluno a estudar para obter uma nota, e o professor para atribuir um resultado. Assim, temos atrelado a ela a função de aprovar ou reprovar, criando no momento da avaliação um ambiente de desconforto emocional, principalmente nos educandos que não foram preparados estruturalmente para isso

Esses métodos sempre permitiram questionamentos, pois podem deixar de lado diversas outras aptidões presentes nestes educandos, favorecendo os que obterem, maiores afinidades com os métodos usados. O que não comprova que esses educandos se desenvolveram mais que os outros.

Assim, torna-se mais complexo ainda, o como avaliar, demandando um repensar avaliativo com atenção, responsabilidade e dedicação, no planejamento do novo processo de avaliação.

Conforme coloca MELCHIOR (1999:22):

“O processo de avaliação é uma etapa de um processo mais amplo que inicia na sociedade, define o sistema educacional, se institucionaliza na escola e acontece em sala de aula. Neste sentido a avaliação da aprendizagem deve ser a avaliação do processo de ensino e aprendizagem, que, por sua vez, têm que ser contextualizados na escola – entendidos como professor, aluno, direção, comunidade – e na sociedade, que é o contexto mais global que se inclui”.

É verídico, que o uso incorreto da avaliação fatalmente irá reduzir a importância do educando. Essa desvalorização social do educando se dá por conta da escola está no decorrer da sua história, sempre a serviço da ideologia social dominante,

como vimos no primeiro capítulo. Assim, um sujeito mal avaliado terá lugar seguro à margem da escola e futuramente na sociedade.

Esses métodos de avaliação tradicionais precisam ser revistos. Uma mudança deve ocorrer em todo o contexto escolar, com todos os envolvidos no processo avaliativo. Faz-se necessário, à contribuição de todos os elementos do contexto escolar na elaboração da avaliação, inclusive da comunidade, pois, uma avaliação ineficiente está ligada a problemas presentes na escola como desinteresse, indisciplina, indiferença aos trabalhos desenvolvidos em sala de aula e principalmente exclusão do aluno de sala de aula.

As atitudes da escola em relação ao aluno e sua vida em comunidade é imprescindível pois, quando ele acessa a escola, defronta-se com as normas inflexíveis e com uma realidade diferente da que está acostumado em sua sociedade. Essa diferenciação se dá por conta do distanciamento existente entre a escola e a realidade da comunidade.

A imposição pela escola de suas próprias regras e normas, que devem ser alcançados incondicionalmente pelo aluno para ser aprovado como detentor de desenvolvimento, mostram-se desvalorativas das normas presentes na comunidade. A desvalorização dessa camada popular da comunidade pela instituição escolar, fica clara nessa imposição de metas a serem alcançadas e apresenta-se como um dos fatores que torna difícil a integração entre a escola e a comunidade. Por conta disso, fica explícito que a escola desvaloriza a comunidade e a vê como dispensável e improdutiva no processo educativo.

Devido ao distanciamento da escola e da comunidade, ao ingressar pela primeira vez na escola o aluno sente-se num mundo desconhecido e começa se questionar involuntariamente do que sabe nesse contexto estranho. O aproveitamento desse questionamento de maneira produtiva ou improdutiva, depende do planejamento do professor. Como efeito negativo dessa realidade, o professor, nas suas atividades propostas sempre tem uma meta a ser alcançada e quando obtém respostas diferentes, por parte dos alunos as comparações aparecem.

Tratando dessa temática ANDRÉ (apud PERRENOUD, 1990), evidencia, esse juízo hierárquico apresentado pelo aluno como sendo, resultado da influência formativa, intelectual, cultural e social, colocando a idéia de fabricação de excelência, introduzida nessa criança, quando tenta levá-lo a se aproximar da meta da escola, que jamais se mostrou girando em torno do aluno, mas sempre, criando e impondo uma realidade que o aluno deve se desdobrar para alcançá-la..

Nessa discussão, é relevante questionar a função social da avaliação escolar, numa escola que esteve a serviço das classes dominantes, visando formar cidadãos trabalhadores, descompromissados com a "valia" desses sujeitos para ingressar no mercado de trabalho.

Assim, a princípio as mudanças de avaliação devem ter sua raiz na escola com uma mudança de postura do professor e ramificações na sociedade, que demandará a participação ativa e efetiva de todos os envolvidos no processo

educativo da criança com liberdade de opinar e a criação de uma gestão participativa que implicará inúmeras mudanças, nas escolas que se apresentam fechadas e isoladas como se fossem ilhas.

“Através da avaliação deve acontecer uma interação: primeiro, entre avaliando e avaliador, para repensar o papel de cada um e os passos seguintes da caminhada, depois, entre a comunidade escolar como um todo, numa discussão que vai despertar a consciência crítica dentro de um compromisso com a práxis dialética, em um projeto histórico de transformação. Propiciar a discussão com toda a comunidade não é uma decisão simples, mas é indispensável que seja concretizada, pois não se concebe uma ação pedagógica individualista e descontextualizada”. (MELCHIOR 1999:21).

ANDRÉ (1999), aponta para a necessidade de se pensar a avaliação numa perspectiva democrática, e a necessidade de construção de uma mentalidade que modifiquem os processos e relações escolares, quem implicaria no trabalho da relação professor/aluno e da organização pedagógica da escola.

MELCHIOR (apud SOARES 1992:15), reforça quando diz que: *“É impossível separar a avaliação do aluno da avaliação do professor ...”*

Assim, o processo de avaliação direcionado ao desenvolvimento qualitativo do educando exige por si só a integração dos elementos professor e aluno. Essa visão de integração é rara e muito recente no nosso país nas escolas públicas e apesar de ser um tema bastante discutido no momento, em seminários e cursos de capacitação, exige um esforço e meios específicos dos professores, que ouvem constantemente, mais preferem ainda usar os métodos anteriores e tradicionais de atribuição de notas conceituais, por despreparo profissional ou

acomodação. A esse processo de avaliação tradicional ainda presente é atribuída a imagem de grande vilã da educação, pois transmite a imagem de punição e representa diretamente os altos índices de repetência, presente nas escolas públicas do Brasil.

Contudo, ANDRÉ (1999), aponta para a possibilidade da avaliação deixar de ser o grande vilão das escolas brasileiras, através da qual será possível alterar as ações, relações das escolas, e a relevância de atender adequadamente a diversidade dos alunos que freqüentam a escola pública, hoje, criando o que PERRENOUD (1990) denomina de "*Pedagogia das diferenças*" na escola.

Nessa visão, entende-se que uma situação didática igual a todas, será fatalmente desigual a um determinado grupo e o que se apresentar como fácil a alguns, irá se apresentar como difícil a outros. Assim, não será criado novo conhecimento aos que já conhecem e aos outros por não terem conhecimentos prévios suficientes para sequenciar os conhecimentos e assimilar o que se pretende trabalhar.

A forma de avaliação deve se definir diante da concepção de ensino e aprendizagem e da concepção da avaliação no processo educativo, além das orientações didáticas postas em prática.

A aplicação de um determinado processo de avaliação depende de vários segmentos do sistema educacional, mas principalmente do professor que está ligado diretamente ao educando.

Ao professor é atribuída a função de ajudar a aprender, para só então poder avaliar o aluno no seu desenvolvimento durante o período cursado. Conhecendo a realidade da sala de aula e acompanhando diretamente os alunos o professor poderá fazer ajustes freqüentes, no processo de ensino e aprendizagem.

Para tais ajustes, os Parâmetros Curriculares Nacionais, sugerem que a avaliação deve ser feita antes, durante e ao final do ciclo, permitindo ao professor conhecer o nível de desenvolvimento prévio do educando, auxiliando no planejamento do seu trabalho que deve ser adaptado às características dos alunos.

Diante disso, a avaliação deve ir além de avaliar o aluno através da observação dos que apresentam dificuldades mas, permitindo detectar pontos que precisam ser trabalhados e fornecer subsídios no repensar do processo ensino e aprendizagem.

A revisão do processo, torna possível a complementação com medidas didáticas paralelas, como acompanhamento individualizado extra-classe, grupo de apoio, lições extras e outros que podem ser criados pela escola para preencher as lacunas descobertas na aprendizagem.

Os próprios Parâmetros Curriculares Nacionais, colocam a avaliação com maior importância quando respeita o aluno em suas expectativas de aprendizagem, considerando a partir deles, vários elementos como objetos e conteúdos propostos para os ciclos, as particularidades de cada momento da escolaridade e

as possibilidades de aprendizagem, decorrentes de cada etapa do desenvolvimento cognitivo, afetivo e social, em uma determinada situação na qual os alunos tenham boas condições de desenvolvimento do ponto de vista pessoal e social.

A atuação direta do professor na sala de aula o torna importantíssimo no processo de avaliação e apto para tomar decisões ligadas ao processo de aprendizagem. A reprovação ou aprovação deve ser de iniciativa do professor, tendo sempre em mente que essa decisão deve permitir ao aluno condições adequadas de aprendizagem para o próximo ciclo ou série.

Contudo, não devemos ver a aprovação ou reprovação apenas como consequência do desempenho do aluno, pode ser também, reflexo do tipo de trabalho docente desenvolvido durante o ano letivo. Aí, se refletem os métodos pedagógicos aplicados para permitir ao aluno construir seu conhecimento, as situações criadas e os instrumentos fornecidos ao aluno para compreender determinado conteúdo. A aprovação ou reprovação pode representar o fracasso ou sucesso do professor e a adequação do seu processo de avaliação as particularidades da turma.

Diante disso, conforme coloca MELCHIOR (apud GUARESCHI, 1990:77).

“tentar prática alternativa de avaliação virá, conseqüentemente, questionar todo o nosso modo de pensar e de agir nossa consciência, nossa prática pedagógica e social, virá questionar a sociedade como um todo”.

CAPÍTULO V

ESCOLA E COMUNIDADE: INVESTINDO NA PARCERIA

Ao longo da história da educação brasileira, as estatísticas não fazem outra coisa se não revelar o fracasso escolar dos alunos, principalmente na rede pública de ensino. Afinal, o que se pode fazer para mudar essa situação? Esta questão que vai conseguindo se manter com o passar do tempo, angustia cada vez mais os profissionais da educação que tentam buscar respostas para solucionar o problema, porém muitas vezes as respostas não são encontradas ou são frustradas devido a uma série de fenômenos que envolvem a educação brasileira.

Nós, autores dessa monografia, ao verificarmos a existência desse problema na escola José Carneiro de Oliveira no Povoado de Várzea do Meio, Município de Várzea da Roça, onde trabalhamos, é claro, nos interessamos por esse caso e pretendemos contribuir, porque acreditamos que esta situação pode ser revertida, porém não trazemos nenhuma solução para uma mudança de emergência, mas uma contribuição demonstrando experiências e propostas pedagógicas que estão sendo implementadas.

Segundo ARROYO (1991:12)

“falar na escola possível para o povo significa muita coragem diante do desânimo que tomou conta dos profissionais da educação diante de uma longa história de fracassos da escola, e diante de um Estado falido enquanto responsável pelos serviços públicos. Até para certos setores falar na escola possível pode representar ingenuidade política”.

De acordo com o referido autor, sabemos que é bastante difícil a situação em que se encontram as escolas públicas brasileiras e que para muitos profissionais da educação, seria mais cômodo cruzar os braços e simplesmente aceitar o que o Estado sugere, usando metodologias na sua prática escolar que venha favorecer as classes dominantes. É óbvio, que nós não aceitamos cruzar os braços diante desses problemas que vem acontecendo na educação, onde muitas vezes, a escola acaba sendo usada como mecanismo político do governo ou até mesmo como um aparelho ideológico do Estado, sem se preocupar com a qualidade do ensino.

Um fator que influencia muito negativamente no fracasso escolar dos alunos é o afastamento que existe da comunidade em relação à escola. Isto é uma coisa visível, fazendo parecer que a escola não faz parte da comunidade e vice-versa, quando na verdade uma está ligada à outra.

Já que a instituição escolar e a comunidade, são partes que se integram a um mesmo recinto, por que se afastam uma da outra? O atual Ministro da Educação Paulo Renato de Souza, respondendo na televisão, a uma aluna sobre o porquê de uma escola ser boa e outra não, ele disse: *“A escola pública é boa quando os pais participam”* (2001).

Com certeza, o Ministro da Educação, está com razão, quando os pais participam efetivamente da vida escolar dos filhos, o rendimento é bem melhor. Estatisticamente, também já está comprovado em várias pesquisas que foram realizadas no Brasil. Em uma delas realizada pelo S.A.E.B. (Sistema de Avaliação do Ensino Básico), em 1999, mostra que as escolas que são freqüentemente visitadas pelos pais dos alunos têm um índice de aprovação dos educandos em até 10% a mais que às outras que não são visitadas pelos pais. (Fonte ICEX/UFMG-MEC/S.A.E.B)(1999).

O ato de educar, nunca foi nem será uma tarefa solitária, e verificando a importância que tem a participação da família na vida escolar das crianças, o Ministro da Educação Paulo Renato de Souza, lançou em 24 de abril de 2001, o 1º Dia Nacional da Família na Escola. Essa iniciativa do senhor Ministro da Educação é de grande relevância para atrair as famílias à escola, porém não pode ser um acontecimento isolado, pois uma pesquisa realizada pelo IBOPE em dezembro de 2000, com duas mil pessoas em todo o país, também reforça a importância da integração família-escola. Noventa e sete por cento dos entrevistados (com filhos em escola pública) disseram ser a favor de visitas à escola com mais freqüência. Deles, noventa e três por cento afirmaram que é importante acompanhar o desenvolvimento do filho na escola, e que os pais deveriam ter pelo menos oito reuniões anuais com os profissionais da educação.

Portanto, de acordo com os dados de várias pesquisas realizadas no Brasil, não fica dúvida que, com a presença da família na escola, melhora

consideravelmente o rendimento dos alunos e, conseqüentemente, diminui a repetência e a evasão escolar.

Sabendo da importância dessa integração que é necessária, para o desenvolvimento de ambas as partes, por que será que esse afastamento se mantém há tanto tempo? Essa é outra questão que deixa ainda mais dúvidas de quem é a culpa desse distanciamento, se é das instituições escolares ou se é da comunidade em que as famílias estão inseridas.

Para tentar resolver esses problemas já citados, é importante que em primeiro lugar busquemos estabelecer um diálogo entre ambas as partes para se criar um caminho ou um meio para a integração da escola com a comunidade. Esse diálogo entre os diferentes interlocutores seria o começo para que se possa pensar numa escola mais aberta, democrática e mais justa, em que a sociedade a considere sua.

A construção de um Projeto Político Pedagógico por parte da escola é muito útil para aproximar a comunidade da escola. O desafio de cada escola em construir seu próprio Projeto Político Pedagógico é uma idéia preciosa, sobretudo pelos pressupostos que consolida a escola como um lugar central da educação básica, numa visão descentralizada do sistema, além de colocar o processo educativo como construção coletiva, envolvendo todas as partes da escola e também da comunidade em que ela está inserida. Como também, é de grande valia, a construção de um currículo escolar com a participação dos pais dos alunos, membros de associações comunitárias da comunidade, além de todos que

trabalham na escola (da servente ao diretor). Cada parte envolvida coloca seu ponto de vista, dá sua opinião, até chegar em consenso e traçarem os objetivos a serem alcançados.

Não se pode esquecer que é fundamental, que no decorrer do projeto político pedagógico ou do currículo sejam feitos diagnósticos, e dependendo dos resultados, as atividades podem ser revistas ou modificadas, de acordo com todas as partes envolvidas.

O que não pode acontecer é o mesmo que aconteceu este ano na escola José Carneiro de Oliveira, quando a Secretaria Municipal de Educação, através do diretor dessa escola, criou um Projeto Político Pedagógico com o objetivo teórico de melhorar a qualidade do ensino daquela instituição, porém faltou a participação dos pais, a qual é fundamental, pois são eles que conhecem a realidade e os problemas da comunidade, onde a escola está inserida. Quando o diretor da escola foi questionado sobre a ausência dos pais, ele disse que a participação dos pais era insignificante, pois eles não iriam contribuir em nada, devido à baixa escolaridade.

Um outro ponto que gostaríamos de chamar atenção, por acharmos essencial para a integração da comunidade com a escola, é que a escola possa ser o centro cultural da comunidade, onde em torno da qual, surjam grupos de teatro, atividades literárias, que disponha de um acervo bibliográfico, televisão com vídeo cassete para que as pessoas possam se reunir para assistir ou simplesmente para conversar. Por que em fins de semana a escola não poderia

servir de espaço para as senhoras fazerem tricô e baterem papo, para os homens jogarem xadrez, dominó, baralho e outros, enquanto as crianças se divertem jogando futebol, voleibol etc? É importante que faça da escola um centro de lazer, onde as pessoas sintam prazer e gostem da escola. Isso não custaria muito financeiramente e acabaria com essa visão que a comunidade tem em relação à escola, achando que a mesma não lhe pertence.

Um trabalho de base, feito com, professores, alunos, comunidade e governo teria resultados bastante satisfatórios num lapso de tempo curto. A mudança de atitudes das pessoas com relação à escola, baseada num sentimento de responsabilidade mútua, poderia construir um ponto de partida para uma importante virada.

É importante que as duas partes se conscientizem que esse distanciamento que existe entre ambas, está prejudicando os dois lados. Cabe a escola ter em mente que ela não pode se cristalizar como uma torre de marfim, e que para alguém da comunidade ter acesso precise de uma senha. E aos pais, cabe fazer com que àquele dito popular se faça verdadeiro “não basta ser pai tem que participar”.

CAPÍTULO VI

METODOLOGIA E ANÁLISE DOS DADOS

Para a realização deste trabalho, optamos pela utilização da entrevista com os alunos e os seus respectivos pais. Para LUDKE (1986:34)

“A grande vantagem da entrevista sobre as outras técnicas é que ela permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos...”

Utilizando os questionários, entrevistamos simultaneamente os alunos e os seus respectivos pais. Para isso foi necessário que nos dividíssemos em grupos. Enquanto um grupo entrevistava os alunos na escola, outro entrevistava os pais dos alunos em suas casas. Era importante que a entrevista fosse feita aos alunos e aos pais ao mesmo tempo, porque as perguntas eram iguais e devido a isso era essencial que um não influenciasse na resposta do outro. A entrevista tratava de questões referentes à escola (Vê anexos I e II), onde os alunos entrevistados estudam.

Aplicamos a entrevista a 27 alunos da 3ª e 4ª séries, do turno matutino, onde a faixa etária é mais baixa que os das mesmas séries do turno vespertino da Escola Municipal José Carneiro de Oliveira, no Povoado de Várzea do Meio, Município de Várzea da Roça, e aos seus respectivos pais.

É importante mencionar que, as pessoas do povoado que foram entrevistadas, têm, um nível econômico baixo (como é o de todo o povoado), onde a maioria deles tem como principal atividade econômica a agricultura de subsistência e um nível baixíssimo de escolaridade, onde muitos de acordo com dados do IBGE (2000) (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), não completaram o antigo primário e outros não chegaram nem a estudar.

Os dados que foram colhidos foram analisados cuidadosamente um por um, sujeito por sujeito. Em seguida, fizemos algumas comparações que consideramos importantes, como por exemplo, a diferente visão do filho e do pai em relação à escola.

Foram, abordadas na entrevista questões como:

- a) A avaliação quantitativa da escola (através de notas);
- b) O que os pais e alunos mudariam na escola;
- c) Se a escola ajuda o aluno a melhorar de vida;
- d) Se, participam das reuniões da escola; e outras.

É importante mencionar também que os alunos foram selecionados aleatoriamente para a entrevista, sem nenhum critério pré-estabelecido que viesse tendenciar o resultado da pesquisa.

Buscando bases concretas que facilitam a compreensão do estudo, discutiremos neste capítulo os dados quantitativos e respostas obtidas, com o objetivo de validarmos as discussões abordadas no decorrer do trabalho, acerca da escola

pública oferecida a classe popular, bem como, a sua integração e explicitamos a visão da comunidade com referência ao contexto escolar local.

Para conhecer melhor a realidade da comunidade e a sua relação com a escola, é melhor entender sua visão com referência a esta instituição. Assim, compreenderemos melhor o conceito de escola presente na comunidade e saberemos o que pensa sobre o processo de ensino e aprendizagem desenvolvido na escola.

Relação sócio-econômica e faixa etária dos pais entrevistados

Numa sociedade capitalista todos os indivíduos sentem-se influenciados e obrigados a realizar alguma atividade econômica para sua sobrevivência. Quando a escolaridade desses sujeitos é baixa, fica quase impossível ingressar no mercado de trabalho. Por conta dessa falta de escolarização realizam atividades braçais relacionadas ao campo.

A comunidade pesquisada apresenta uma população de atividade econômica agrícola de subsistência (produz para o consumo), de grau escolar baixíssimo e pouco conhecimento interno do contexto escolar,

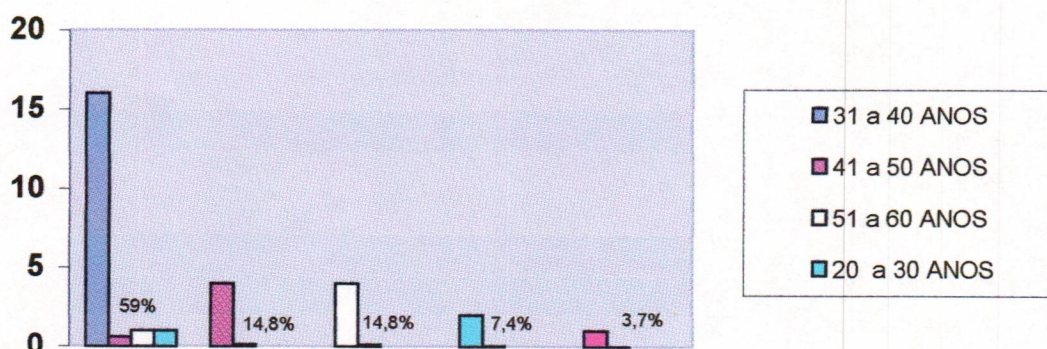
Dos pais pesquisados, 74,1% lidam diretamente com a agricultura e a pecuária, o que demanda muito tempo para a realização das tarefas inerentes dessa



atividade e reduz o tempo disponível para o acompanhamento da vida escolar dos seus filhos.

Dentre os entrevistados, constata-se uma acomodação e falta de iniciativa refletida através das respostas de alguns pais a questão – o que mudaria na escola? Sendo obtidas respostas de alguns pais, que não mudaria nada. Como não mudar nada numa escola que conhecidamente não apresenta uma educação perfeita, ineficiente na principal função atual desta instituição, que é formar cidadãos na sociedade?

Gráfico I - IDADE DOS PAIS ENTREVISTADOS.



Fonte: Questionário aplicado aos pais de alunos da Escola José Carneiro de Oliveira - Várzea do Meio 2001.

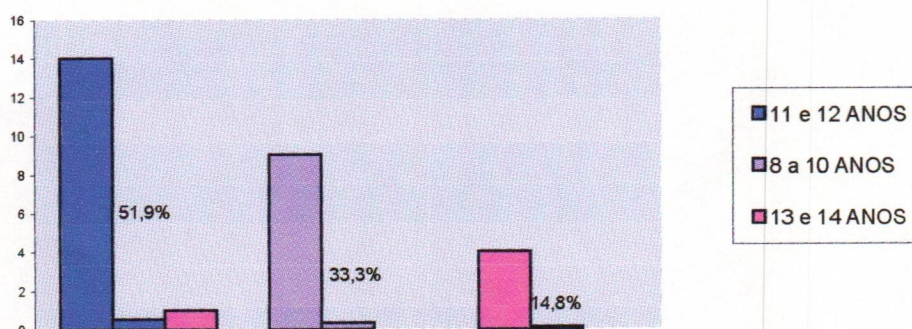
Quanto à faixa etária, apresenta um perfil de pais medianamente jovens, estando a maioria, 59,3% com idade entre os 30 e 40 anos. Somente, 14,8% desses pais estão entre os 41 e 50, mesmo percentual dos de idade entre 51 e 60. 7,4% têm menos de 30 e 3,7% com mais de 61 anos.

Constata-se entre os entrevistados uma maioria representativa da presença feminina em reuniões ou em visitas à escola, o que evidencia que a responsabilidade pela educação dos filhos fica delegada as mães. Principalmente, nas escolas públicas que atendem a classe popular onde os pais precisam trabalhar durante longas jornadas, tendo reduzido o tempo disponível para outras atividades.

A idade dos alunos da escola pública apresenta-se geralmente acima da média considerada normal para cursar a série em que se encontram.

O gráfico que veremos a seguir nos permite constatar a existência da distorção idade/ série, como sendo um problema presente nessa escola.

Gráfico II - IDADE DOS ALUNOS



Fonte: Questionário aplicado aos alunos da Escola José Carneiro de Oliveira - Várzea do Meio 2001.

Dos alunos entrevistados, 51,9% se encontram com a idade entre 11 e 12 anos e ainda 14,8% com idade superior aos 13 anos, forte indicador da existência de

altos índices de repetência e evasão nessa escola, tendo apenas 33,3% dentro da idade apropriada à série em que está cursando.

É importante mencionar que os alunos entrevistados estudam nas turmas matutinas, onde a faixa etária é menor com relação às mesmas séries do turno vespertino, o que tende a aumentar ainda mais a distorção, no geral.

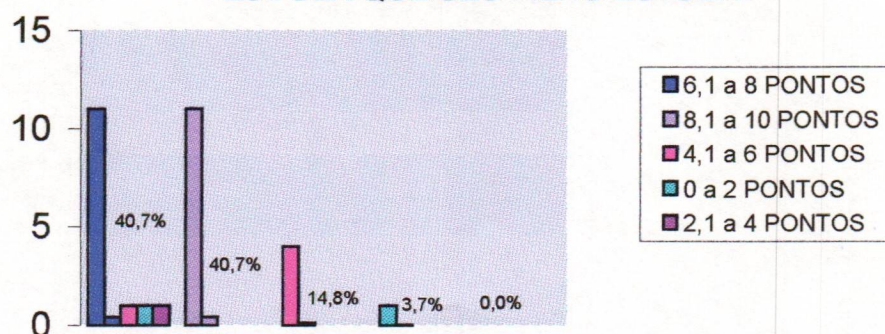
Conceituação da escola na visão dos pais e alunos

A escola é vista pelos pais, mais relacionada ao espaço físico, professores e a direção, com o objetivo fundamental de ensinar os alunos a ler e escrever. Por conta dessa visão os pais permitem que seus filhos abandonem a escola tão logo dêem mostra de haver aprendido um mínimo conveniente de instrução escolar e, às vezes quando se mostram capazes de assinar o próprio nome.

Os órgãos superiores que decidem sobre o destino da educação jamais são vistos como influenciáveis no desenvolvimento do processo de ensino. Esses pais, vêem os problemas como consequência exclusiva do contexto escolar local.

Os pais, apesar de não atuar diretamente no contexto escolar coincidentemente atribuem em media a mesma nota - 8,0 (numa escala de zero a dez) que as atribuídas pelos alunos que freqüentam diariamente a escola.

Gráfico III - NOTAS ATRIBUÍDAS PELOS PAIS À ESCOLA QUE SEU FILHO ESTUDA.



Fonte: Questionário aplicado aos pais de alunos da Escola José Carneiro de Oliveira - Várzea do Meio 2001.

Fica evidenciado através do gráfico III, que quantitativamente a escola é bem conceituada pelos pais da comunidade de Várzea do Meio, onde está inserida, sendo atribuída nota acima de oito por 40,7% dos pais entrevistados. Entretanto há uma discrepância entre as notas atribuídas e as respostas dadas por alguns entrevistados no mesmo momento. Podemos citar a título de exemplo o informante nº 8 que atribui nota 10 a escola e durante a mesma entrevista ao ser perguntando o que mudaria na escola respondeu que:

“Eu primeiro tirava o diretor da escola”.

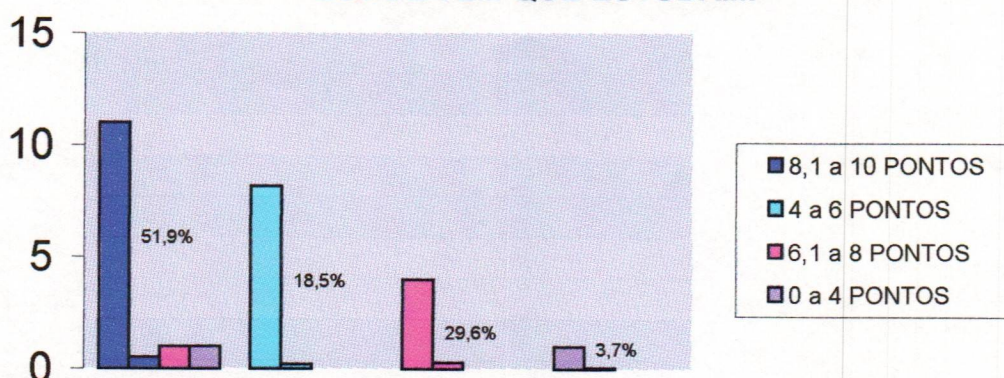
Percebe-se uma contradição, pois, a escola um pouco antes considerada perfeita (nota 10) deixou de sê-la. Isso reflete o problema de relacionar a nota quantitativa à qualidade real dessa escola.

O informante nº 4 reforça essa consideração, pois atribui nota 9,5 e declara que:

“Evitava mais brincadeiras e ensina mais os meninos”

Na visão desta entrevistada há uma defasagem considerável no papel fundamental da escola de proporcionar uma educação de boa qualidade, o que não condiz com a nota atribuída.

Gráfico IV - NOTAS ATRIBUÍDAS PELOS ALUNOS A ESCOLA EM QUE ESTUDAM.

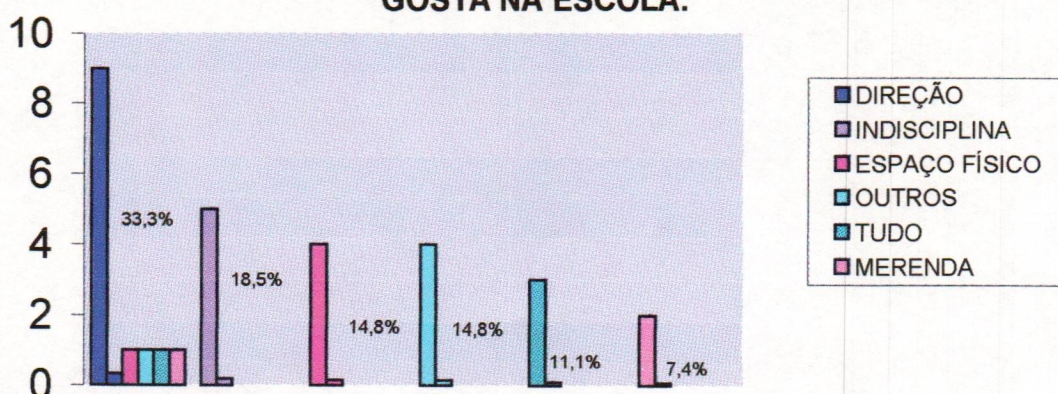


Fonte: Questionário aplicado aos alunos da Escola José Carneiro de Oliveira - Várzea do Meio 2001.

Essa mesma contradição se apresentou nas respostas dos alunos, que atribuíram notas elevadas e representativas de uma educação de boa qualidade, e também colocaram na mesma entrevista que mudariam inúmeras coisas na escola que freqüenta.

Esta contradição nessa avaliação apresenta-se também nas críticas constantes a organização da direção e até mesmo ao quadro pessoal diretório, conforme pode ser observado no gráfico abaixo:

Gráfico V - OPINIÃO DOS ALUNOS SOBRE O QUE MENOS GOSTA NA ESCOLA.



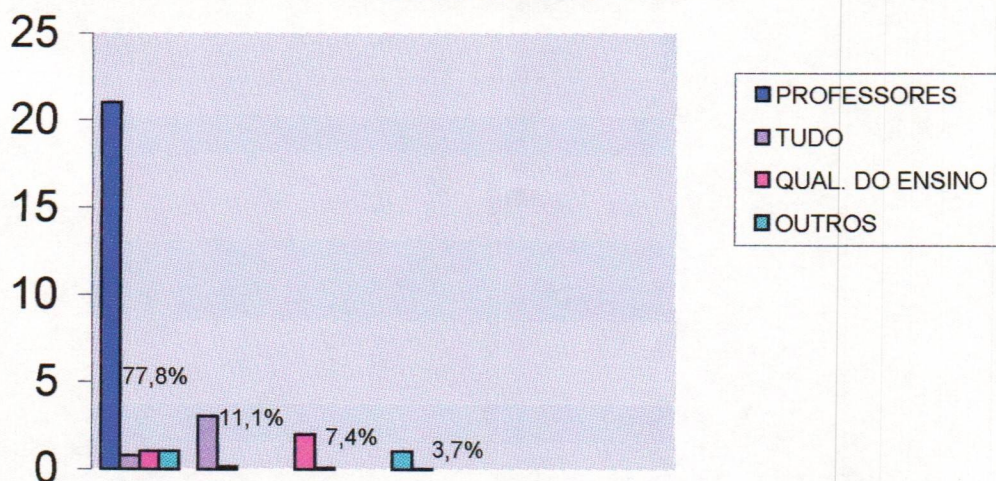
Fonte: Questionário aplicado aos alunos da Escola José Carneiro de Oliveira - Várzea do Meio 2001.

Podemos observar através do gráfico que 33,3% dos alunos afirmaram que a direção está centrada no diretor, uma vez que na escola não existe conselho de pais e mestres e as decisões são tomadas isoladamente pela direção.

Os dados refletem o equívoco da indicação de diretores por afinidade política, conforme ocorre no Município de Várzea da Roça. O que sugere a necessidade de participação desses professores e pais na eleição do corpo diretivo da escola, implantando a descentralização do poder.

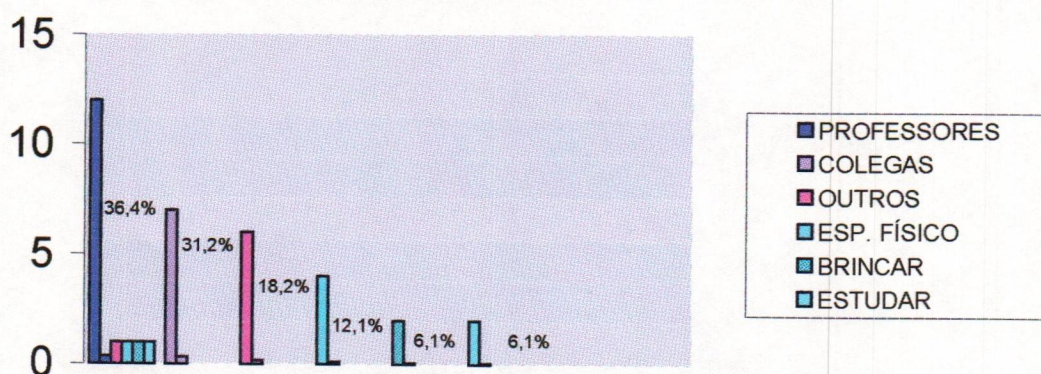
O que os pais e alunos acham mais importante na escola

Gráfico VI - OPINIÃO DOS PAIS SOBRE O QUE MAIS GOSTA NA ESCOLA.



Fonte: Questionário aplicado aos pais de alunos da Escola José Carneiro de Oliveira - Várzea do Meio 2001.

Gráfico VII - OPINIÃO DOS ALUNOS SOBRE O QUE MAIS GOSTA NA ESCOLA EM QUE ESTUDAM.



Fonte: Questionário aplicado aos alunos da Escola José Carneiro de Oliveira - Várzea do Meio 2001.

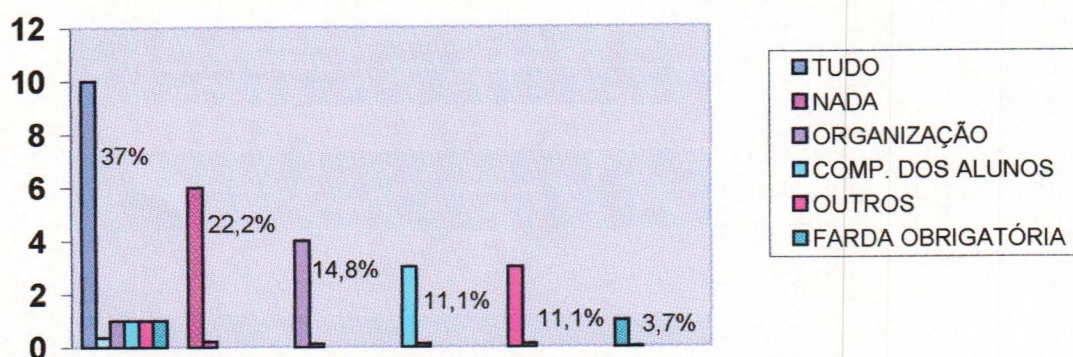
É perceptível através dos gráficos a ligação e sentimento de afeto dos pais e dos alunos com os professores que atuam na educação dessa comunidade. 77,8%

dos pais apontam os professores como sendo o que mais gosta na escola. Os professores também aparecem em primeiro lugar na preferência dos alunos com 36,4%. Fica explícito a facilidade do professor em estabelecer uma integração com a comunidade e com os alunos. 21,2% dos alunos apontam ainda os colegas de classe como sendo o mais importante na escola, o que reflete a relevância das relações pessoais, presentes na relação professor/aluno e aluno/aluno.

O que os pais e alunos acham menos importante na escola

Os gráficos a seguir revelam uma contradição com referência as notas quantitativas atribuídas pelos pais e alunos à escola, representadas nos gráficos III e IV, demonstrando um bom conceito da escola.

Gráfico VIII - OPINIÃO DOS PAIS SOBRE O QUE MENOS GOSTA NA ESCOLA EM QUE SEU FILHO ESTUDA.



Fonte: Questionário aplicado aos pais de alunos da Escola José Carneiro de Oliveira - Várzea do Meio 2001.

O gráfico revela que 37% dos pais demonstraram insatisfação com todos os elementos que compõem a escola. Essa antipatia se dá por conta dos

constantes remanejamentos de todos os funcionários, principalmente os professores nos últimos anos. Justamente o elemento que a comunidade e os alunos, apontaram como sendo o que mais gostam no contexto escolar. Essa alternância de professores é um dos reflexos da falta de organização apontada por 14,8% dos pais.

Outro ponto negativo marcante é o desrespeito da direção, relacionada ao tratamento diferenciado aos alunos, conforme coloca uma entrevistada quando diz que se fosse o diretor mudaria:

“O comportamento dos alunos e agiria igual para com todos”

O desrespeito às individualidades dos alunos e pais, mostra-se na implantação de aulas aos sábados, dia em que os alunos da religião Adventista, por doutrina interna da igreja não podem freqüentar a escola e as reuniões escolares, conforme um aluno coloca em sua resposta como ponto necessário de mudança:

“Não existir aula aos sábados”

É importante esclarecer que as aulas ao sábado se deram neste ano letivo, no município, por conta do atraso no início das aulas. Sendo necessário a reposição de aulas aos sábados.

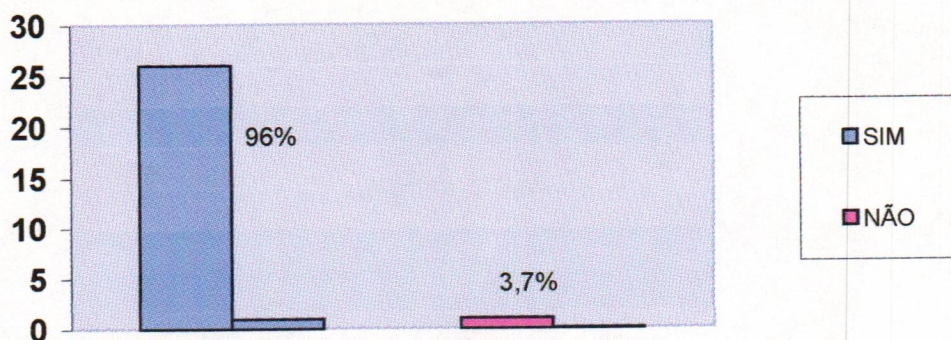
Visão dos pais e alunos acerca da importância da escola na vida

A escola é tida como a instituição capaz de melhorar a sociedade. Contudo ela está mais associada pela classe popular à oportunidade de melhorar de vida, principalmente economicamente, conforme na fala de um pai, abaixo

“É na escola que a criança garante um futuro melhor”.

O gráfico abaixo também é representativo dessa importância.

Gráfico IX - RESPOSTA DOS PAIS SOBRE A QUESTÃO SE A ESCOLA AJUDA O SEU FILHO A MELHORAR DE VIDA.



Fonte: Questionário aplicado aos pais de alunos da Escola José Carneiro de Oliveira - Várzea do Meio 2001.

Neste gráfico a importância da escola na vida do indivíduo, capaz de melhorá-la, é realidade para 96,3% dos entrevistados.

Esse percentual demonstra que a comunidade vê a escola como sendo uma instituição capaz de transformar a vida do sujeito, principalmente através do seu ingresso no mercado de trabalho, conforme coloca uma entrevistada quando diz:

“Ajuda, estudando o aluno arruma trabalho mais fácil”

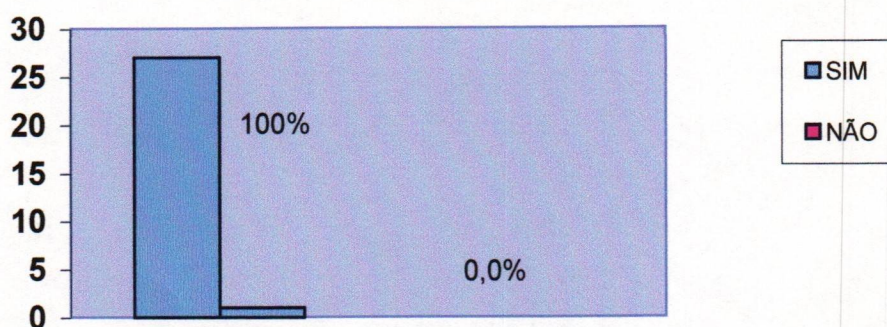
Pensamento reforçado por outro que coloca.

“... é estudando que aprende e melhora mais tarde para arrumar um trabalho”.

Esses pensamentos refletem que a imagem de escola preparatória para o mercado de trabalho, é marcante entre os pais, que vêem grande importância nessa função, atribuída por eles à escola.

Entre os alunos aparece a unanimidade de 100%, que vêem a escola como instituição capaz de melhorar suas vidas, o que revela que os alunos estudam porque acham a escola importante.

Gráfico X - RESPOSTA DOS ALUNOS SOBRE A QUESTÃO SE A ESCOLA O AJUDA A MELHORAR DE VIDA.



Fonte: Questionário aplicado ao alunos da Escola José Carneiro de Oliveira - Várzea do Meio 2001.

Vale ressaltar que a grande maioria, associa a leitura e a escrita, como sendo um conhecimento escolar, que já permite ao sujeito progredir economicamente na vida.

Assim, respondeu uma entrevistada sobre esta questão:

“Ajuda, porque aprende a ler e escrever, porque vai ajudar o aluno mesmo”.

Jamais, a importância do desenvolvimento da cidadania, pela escola foi citada pelos entrevistados, o que indica a ausência desta na comunidade.

Achamos relevante destacar, que a entrevistada que apontou a escola como incapaz de mudar positivamente a vida, associou sua resposta ao projeto da bolsa escola do município, onde os alunos foram cadastrados, porém, muitos ainda não receberam o recurso.

Participação dos pais e alunos nas reuniões escolares.

Os pais costumam associar as reuniões escolares com reclamações do comportamento dos seus filhos, e a falatórios sem relevância na sua vida. A presença dos pais nas reuniões é extremamente baixa e as justificativas para tal ausência mostra-se ligadas a diversos fatores.

Assim, uma entrevistada respondeu quando perguntada se participa das reuniões:

“Quase nenhuma. Falta tempo e às vezes pra falar as mesmas coisas que a gente já sabe, nem vou”.

A falta de tempo disponível para participar das reuniões, está diretamente ligada a situação econômica dos entrevistados, que, atuando na agricultura e na pecuária costumam sair de casa muito cedo e retornarem muito tarde.

A resposta revela ainda a irrelevância dos assuntos discutidos e a repetição da mesma pauta que torna a reunião monótona, e indica a necessidade de torna-las mais dinâmicas, com discussões acerca de temas sociais relevantes na comunidade.

Dentre os alunos, constata-se que não há participação, pois as reuniões realizadas pela escola são destinadas aos pais, conforme coloca um aluno quando diz:

“Não participo porque a reuniões são para os pais”.

Reforçado por outro aluno que revela:

“... Nunca fui convidado”.

A primeira fala, evidencia que os alunos não participam das reuniões por falta de convite, contudo demonstram interesse em participar das discussões e decisões que envolvem suas vidas.

A análise das respostas, comprova a existência, na escola pública dos problemas abordados no trabalho, e aponta alguns motivos que levam os pais à não participar ativamente do contexto escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola pública enquanto espaço de educação formal é um dos elementos da sociedade que mais nos preocupa nos últimos tempos. Ela interage com os outros elementos influenciando e sofrendo influência. A interferência da classe dominante a caracterizou como submissa aos interesses dessa classe, a qual determinou um ensino de má qualidade para a classe popular neste país.

A participação dos pais na vida escolar dos filhos também influencia e aumenta a aprovação dos alunos, diminuindo a evasão e a repetência que são os maiores problemas presentes na educação brasileira, melhorando-a qualitativamente.

A integração dos elementos: escola e comunidade, é importantíssima para permitir ao professor subsídios que auxiliem na sua prática educativa. O professor é elemento importante no contexto escolar, principalmente aos olhos da comunidade e deve buscar estabelecer essa integração. Contudo, é necessário o saber atuar e ter clareza do que deseja executar e como executar.

Do estudo realizado e da análise das respostas das questões apresentadas, conclui-se que a escola precisa se abrir para a sociedade estabelecendo relações pessoais, através de encontros recreativos dentro e fora do horário normal de funcionamento e promovendo discussão de temas sociais relevantes a comunidade.

Os problemas de repetência, evasão e indisciplina que se apresentam nas

escolas públicas das grandes cidades, não fogem a regra nas escolas públicas rurais, apresentando-se também na escola pesquisada que se localiza no Povoado de Várzea do Meio, no Município de Várzea da Roça.

A grande maioria dos pais questionados não tem uma compreensão do que deve ser feito no contexto escolar, associando a escola ao espaço físico, corpo docente e discente. E em relação à função social da escola, constata-se que os pesquisados não vêem a escola capaz de formar cidadãos. A função atribuída por estes a escola, é de desenvolvimento da leitura e da escrita, bem como, a de formadora de qualidade própria para o mercado de trabalho. Essa preparação pode, segundo os questionados, por si só, permitir ao aluno que melhore de vida economicamente.

Os consultados demonstraram uma visão de conhecimento de inúmeros problemas que permeiam a escola. Permitiram também comprovar os motivos que os levam a não participarem freqüentemente da vida escolar dos seus filhos.

A centralização do poder gestor na direção é um desses problemas, pois as decisões tomadas isoladamente pelo diretor deixam de considerar inúmeros fatores (econômicos, religiosos e outros), relacionados às individualidades de cada sujeito.

O fator econômico é, segundo os entrevistados, o determinante da sua ausência nas reuniões escolares e no acompanhamento da vida escolar dos seus filhos,

pois demandam muito tempo para trabalhar, necessitando inclusive da participação tanto do pai quanto da mãe, devido à atividade realizada.

Sobre as reuniões, a falta de relevância dos assuntos discutidos, associada ao fator econômico é a causa que os leva a não demonstrar interesse em participar de outras mais. No entanto, fica claro que o desinteresse está associado ainda a acomodação e falta de iniciativa que se desenvolvem dentro dessa camada da população.

A partir das conclusões deste estudo, fica evidente a necessidade da promoção de mudanças educativas em todos os níveis, investindo nas relações humanas, deixando-se influenciar pela comunidade nos seus pontos positivos, o que será o ponto de partida na promoção da melhoria da educação popular.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA JÚNIOR, A. **Repetência ou Promoção Automática?** Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, v. 27, n. 65, p. 3-15, jan./mai, 1957.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazio Afonso de. **Avaliação Escolar: Além da Meritocracia e do Fracasso.** São Paulo, nº 99, nov. 1996.

ARROYO, Miguel G. e et alii: **da Escola Carente à Escola Possível.** 3ª ed. São Paulo: Loyola, 1991. (Coleção Educação Popular nº 8).

ALVES, Iron Pedreira. Revista da FAEEBA. **Escola, Família e o aluno trabalhador: A descontinuidade do processo educativo,** Salvador nº 11, jan/jun 1999.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CECCON, Claudius e et alii. **A vida na escola e a escola da vida.** Petrópolis: Vozes, 1998.

CARLOS, Ana Fani A. e OLIVEIRA, Ariosvaldo O. **Reformas no Mundo da Educação.** Parâmetros Curriculares e Geografia. São Paulo: Contexto, 1999.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade.** São Paulo: Paz e Terra, 1995.

EDUCAÇÃO & SOCIEDADE. CAMPINAS, Papyrus, ano XV, nº 49, dezembro, 1994.

FERNANDES, Maria Cristina da Silveira Galan. **PLURES – Humanidades,** Ribeirão Preto, v. 1, n. 1, 53-62, 2000.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança /** tradução de GADOTTI, Moacir e MARTIN, Lillian Lopes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e terra, 1979.

_____. **Educação Como Prática da Liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura)

GADOTTI, Moacir. **Educação e Compromisso**. 4ª ed. Campinas: Papyrus, 1992.

GESTÃO EM REDE. Descentralização e Autonomia na Escola. Brasília, n. 23, p. 17, setembro, 2000.

GILES, T. R. **Filosofia da Educação**. São Paulo: EPU, 1987.

GUARESCHI, Pedrinho A. **Sociologia da Prática Social**. Petrópolis: Vozes, 1992.

_____ **Consciência Moral Emergente**. Aparecida: Santuário, 1990.

ISAIA, Sílvia Maria de Aguiar. **Revista Educação**. Porto Alegre, n. 43, abril, 2001.

LEI Nº 9394, de 1996 – Estabelece as Diretrizes da Educação Nacional.

LIBÂNEO, José Carlos. **Formação Educativa de Professores e nova qualidade educacional**: Apontamentos para um balanço crítico, Goiânia, V.3, jan/dez 2000.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994. (Série Formação do Professor)

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação Educacional**: pressupostos conceituais. Tecnologia Educacional, Rio de Janeiro: Cortez, 1978.

LUDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: Abordagens qualitativas**. 3ª ed. São Paulo: EPU, 1986.

MAINARDES, Jefferson. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. A Promoção Automática em Questão: Argumentos, Implicações e Possibilidades. Brasília: MEC/INEP, v. 79, n. 197, p. 16-29, maio/agosto, 1998.

MELCHIOR, Maria Celina. **Avaliação Pedagógica: Junção e Necessidade**. 2ª ed. Porto Alegre: Mercado aberto, 1999. (Série Novas Perspectivas)

MIRANDA, Marília G. de. **Novo Paradigma de Conhecimento e políticas educacionais na América Latina**. Caderno de Pesquisa. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n.100, p.37-48, mar. 1997.

MOURA, Manuel Oriosvaldo. **Ensinar a ensinar: A atividade de Ensino como ação formadora**.

PILETTI, Claudino. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Ática, 1997. (Série Educação)

SAVIANI, Dermeval. **Educação**; do senso comum a consciência filosófica. São Paulo: Cortez, 1983.

_____ **Educação Brasileira**: Estrutura e Sistema. Campinas: ed. Autores Associados, 1996.

SOARES, Magda Becker. **"Em busca da qualidade em alfabetização: Em busca... de quê?"**. Anuário CEDES – ANPEd - ANDE/Papirus, VI CBE.1992.

ENTREVISTA AOS FILHOS

Informante _____ Sexo () Masc. () Fem.

Idade _____ Profissão _____

1 – Qual nota você dá para a escola que seu (a) filho (a) estuda?

2 – O que você mais gosta na escola?

3 – O que você menos gosta na escola?

4 – Se você fosse o diretor, o que mudaria na escola?

5 – Na sua opinião, a escola ajuda o aluno a melhorar de vida?

6 – Você participa das reuniões da escola? Por que?

ENTREVISTA AOS PAIS

Informante _____ Sexo
() Masc. () Fem.

Idade _____ Profissão _____

1 – Qual nota você dá para a escola que seu (a) filho (a) estuda?

2 – O que você mais gosta na escola?

3 – O que você menos gosta na escola?

4 – Se você fosse o diretor, o que mudaria na escola?

5 – Na sua opinião, a escola ajuda o aluno a melhorar de vida?

6 – Você participa das reuniões da escola? Por que?